

PLENÁRIO NACIONAL DE TRABALHADORES DA EMEF

22 Novembro 2017 – Reboleira/Amadora

Resolução

A EMEF AO SERVIÇO DO CAMINHO DE FERRO E DO PAÍS

Há muito que os trabalhadores lutam pela defesa da EMEF como empresa estratégica para o caminho de ferro e do País e, sempre denunciaram as medidas de redução da sua actividade, traduzida no encerramento de oficinas, umas concretizadas tais como Figueira da Foz e Coimbra, outras ameaçadas, como há vários anos acontece com o Barreiro.

A separação das oficinas da CP, e constituição da EMEF, fez-se apenas numa lógica de liberalização do caminho de ferro e posterior privatização das suas áreas rentáveis.

A criação da EMEF foi sustentada com o argumento que seria uma forma de rentabilizar mais as oficinas da CP, através de conquista de novos mercados, o que se veio a demonstrar ser um logro e hoje, até trabalhar directamente para a CP já é posto em causa.

A defesa da segurança, qualidade e fiabilidade do transporte ferroviário é garantido pelo seu material circulante, que tem vindo a envelhecer devido à falta de investimento, sendo a capacidade técnica da EMEF e empenho dos seus trabalhadores, determinante

para que os padrões mínimos de qualidade e segurança sejam garantidos, apesar do desinvestimento que tem sido feito e da redução de efectivos.

Portugal precisa de um plano de investimento em comboios e a defesa da EMEF passa por também a inserir nesse plano, fazendo os investimentos necessários para que a mesma desenvolva as actuais valências e adquira outras no quadro da manutenção, reparação e construção de material circulante e, com isso, dê também um contributo importante para o aumento da produção nacional.

Para que este papel possa ser cumprido é necessário a reversão das políticas que têm sido seguidas desde que começou o desmembramento do caminho de ferro, nomeadamente que:

- **A EMEF retorne à CP como área importante da sua actividade;**
- **Dotação dos meios técnicos, humanos e financeiros necessários para desenvolver a sua actividade de manutenção e conservação do material circulante.**

A UM POSTO DE TRABALHO PERMANENTE UM VÍNCULO EFECTIVO

A política desenvolvida pelo anterior governo PSD/CDS-PP, de tornar os processos de privatização com menos encargos para os grupos económicos e financeiros é responsável pela redução drástica do número de trabalhadores.

Ao longo dos anos foi incentivada a saída dos trabalhadores com mais idade, sem que se acautelasse a necessária transmissão de conhecimento que é adquirida com a prática e com muitos anos de actividade.

O resultado foi uma redução da capacidade de intervenção da EMEF que teve duas consequências: A saída de muito trabalho para empresas externas sem que isso significasse um aumento da qualidade e por outro lado, a

substituição de trabalhadores através de vínculos precários – Empresas de Trabalho Temporário e contratos a prazo (termo certo), apesar de ocuparem postos de trabalho permanente.

Os trabalhadores com vínculos precários na forma de contratos a termo certo, acabam por ser integrados em equipas de trabalho fora do âmbito da justificação do contrato estabelecido com a EMEF, porque, efectivamente, eles são precisos não para responder às necessidades de um trabalho específico, mas sim para a resposta geral de todos os dias.

O actual governo do PS tem fugido à resolução deste problema desculpando a falta de medidas concretas com a falta de

autorização do Ministério das Finanças, como se tivesse um superministério que se opõe às medidas de todos os outros.

A situação é ainda muito mais grave quando se despedem 10 trabalhadores das oficinas de Santa Apolónia, contratados através de Empresas de Trabalho Temporário, ao mesmo tempo que se pede autorização para admissão do mesmo número de trabalhadores para a mesma oficina.

A EMEF ao mesmo tempo se refugia na falta de resposta do Ministério das Finanças para admitir os trabalhadores para aumentar a capacidade de intervenção na reparação do material circulante da CP (que é também a dona da EMEF), o que faz que esses 10 trabalhadores continuem sem actividade, teve toda a facilidade e capacidade para admitir trabalhadores para intervirem em reparação de material circulante da FERTAGUS. Ou seja, para resolver problemas do operador

público há dificuldades de admissão, para dar respostas às necessidades do operador privado, já não as há.

A EMEF necessita de rejuvenescer os seus trabalhadores, criando as condições para a saída de todos aqueles que o desejem

Para que a EMEF dê resposta adequada às necessidades de intervenção no material circulante reivindica-se:

- **Admissão imediata dos 10 trabalhadores para as oficinas de Santa Apolónia e que, actualmente, estão no fundo de desemprego;**
- **Passagem a efectivos de todos os trabalhadores com vínculos precários.**
- **Admissão dos restantes trabalhadores necessários e que constam do pedido de autorização de admissão de efectivos para a EMEF e com essa admissão proceder ao rejuvenescimento dos trabalhadores da empresa**

VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

A EMEF não existe sem trabalhadores motivados e empenhados no seu desenvolvimento e capacidade de intervenção na reparação do material circulante ferroviário e isso não se consegue com a fuga à resposta das reivindicações de aumento dos salários, que não acontece desde 2009 e de valorização dos instrumentos de regulamentação colectiva, em particular no que se refere às carreiras profissionais.

As administrações (anterior e esta) não cumpriram os seus compromissos de abrir espaços de negociação colectiva com vista à melhoria das condições de vida e trabalho.

Entretanto o sistema de evolução profissional em vez de ser um factor de expectativas para os trabalhadores, deixou de o ser pelo facto de cada vez mais, trabalhadores estarem bloqueados no topo das carreiras.

O Orçamento do Estado para 2018, que vem na linha dos anteriores de reposição de rendimentos e direitos, embora de forma insuficiente para repor os roubos efectuados pelo governo do PSD/CDS-PP, pelo seu conteúdo não pode ser utilizado para negar a reivindicação dos trabalhadores de aumento dos seus salários.

Assim, os trabalhadores reivindicam da administração:

- **O aumento em 2018 da tabela salarial em 4% garantindo um aumento mínimo de 40€ e 4% em todas as restantes rubricas remuneratórias;**
- **Que de imediato inicie o processo de revisão do actual sistema de carreiras profissionais em vigor na empresa**

REIVINDICAR, MOBILIZAR E LUTAR

Em torno destas reivindicações, os trabalhadores reunidos em plenário decidem a mobilização geral na empresa para todas as formas de luta que se justifiquem e, caso não haja resposta a esta resolução até ao final do corrente ano, decidem:

Realizar uma acção de luta em toda a empresa, incluindo na forma de greve, na primeira quinzena de Janeiro, sendo a CT e o SNTSF mandatados para fixarem a data e desenvolverem todo o trabalho de mobilização necessários.